

# Guilherme d'Oliveira Martins defende que serviço público de educação não pode ser monopólio do Estado

Clara Viana

● O antigo ministro socialista da Educação e actual presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, defendeu ontem que se deve “encontrar novas formas de associação e de complementaridade entre escolas estatais e não-estatais” de modo a que, com “critérios rigorosos”, se permita uma “melhor utilização dos recursos”. Num texto publicado no semanário *Agência Ecclesia*, Oliveira Martins frisou que a “liberdade de aprender e ensinar” exige que o Estado “não tenha o monopólio do serviço público de educação”.

Este texto surge numa altura em que o Ministério da Educação se preparara para reduzir, a partir do próximo ano lectivo, o número de turmas que, nos colégios particulares, têm contratos de associação e são, por isso, financiadas pelo Estado. Até 2013/14 das mais de duas mil turmas com contratos de associação, 256 perderão financiamento. Esta redução levará a que várias escolas particulares percam estes contratos, como será o caso dos colégios Rainha Santa Isabel, São Teotónio e São José, em Coimbra, e Torre de Dona Chama, em Mirandela.



NUNO FERREIRA SANTOS

## Oliveira Martins quer complementaridade entre público e privado

Oliveira Martins sucedeu a Marçal Grilo na pasta da Educação no primeiro Governo de António Guterres. “Não é saudável confundir serviço público de educação com a escola pública e, em Portugal, há muita gente que o faz”, advertiu Marçal Grilo na semana passada, durante uma conferência na Fundação Gulbenkian. E foi mais concreto: “Existem duas escolas no mesmo sítio, uma é pública

e outra privada. Como apoiá-las? Se a escola privada tiver uma avaliação melhor do que a pública, feche-se esta e deixe-se a privada”. Segundo o antigo ministro, “é este o conceito de serviço público de educação”.

Em 2008, este foi também o tema de um artigo assinado por Oliveira Martins e Marçal Grilo no semanário *Expresso*, onde defendiam que o “serviço público tem que ver com a

prestação de educação e aprendizagem segundo uma lógica de interesse geral”.

Os contratos de associação com os colégios particulares começaram a ser implementados nos anos 80 em zonas onde a oferta pública era inexistente ou escassa. O Ministério da Educação argumenta que esta situação já não é a que se vive hoje, devido ao alargamento da rede pública, e aprovou um novo diploma em que se alteram as regras para novos contratos de associação.

Este ano, são mais de 51 mil os alunos que têm ensino gratuito em colégios com contratos de associação. O financiamento a estas escolas vai ser reduzido de cerca de 114 mil euros por turma/ano para 80 mil. Segundo o ME, é este preço de uma turma no público. Estas contas têm sido contestadas pela oposição. A comissão parlamentar da Educação vai pedir ao Tribunal de Contas um estudo técnico sobre o custo por aluno no ensino público. Uma assessora do TC esclareceu ao PÚBLICO que este tribunal “pode, a pedido da Assembleia da República, elaborar anualmente duas auditorias”. O pedido do Parlamento ainda não chegou ao tribunal.